

ECONOMIA

REFLEXOS DA CRISE: Pacote de 40 medidas será anunciado oficialmente só hoje pela manhã, antes da abertura do mercado

Pacote vai garantir receita de 20 bi

O Governo aumentará impostos para empresas, pessoas físicas, importações e bebidas

Sheila D'Amorim, Leandra Peres, Regina Alvarez,
Rossana Alves e Roberto Cordeiro

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anuncia hoje o mais abrangente pacote de medidas fiscais desde o lançamento do Plano Real. São 40 medidas duras que vão reduzir drasticamente as despesas do Governo e aumentar a arrecadação com aumento de impostos, garantindo uma receita adicional de R\$ 20 bilhões. O Governo decidiu aumentar as alíquotas de imposto de renda das empresas e das pessoas físicas, vai elevar as tarifas sobre energia elétrica e aumentar de forma generalizada as alíquotas do imposto de importação. Vai ainda limitar a contribuição das estatais para os fundos de pensão. Os cortes vão atingir o funcionalismo público, com a demissão de 30 mil servidores não-estáveis, as empresas estatais e o conjunto de ministérios. Incluirão despesas de custeio, investimento e incentivos fiscais. Com o pacote fiscal, o Governo espera reverter as expectativas do mercado e garantir a estabilidade do real. O anúncio será feito às 8h30m, antes da abertura dos mercados.

— Não haverá medidas que possam implicar qualquer ruptura da ordem, qualquer infração aos direitos ou medidas que não estejam inteiramente dentro das possibilidades do ministério da Fazenda e do Planejamento — disse o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, que confirmou que haverá aumento de impostos.

Até quem viaja para o exterior vai pagar mais

O pacote vai aumentar o custo da taxa de embarque para quem viaja ao exterior. Reduzirá fortemente as despesas com o pagamento do funcionalismo público. As demissões poderão garantir uma economia de R\$ 385 milhões por ano. A partir do mês que vem, serão eliminados da folha de pagamento mais de 100 mil servidores públicos aposentados e pensionistas da União que vinham recebendo benefícios de forma irregular. Isso representa uma economia de R\$ 1,6 bilhão. O Ministério da Administração chegou a esse número depois de fazer um recadastramento dos 540 mil aposentados e pensionistas do serviço público. Neste trabalho, ficou constatado que cerca de 20% deles não tinham direito ao pagamento. Em muitos casos, o aposentado ou o pensionista já morreu, mas o seu antigo procurador continua recebendo.

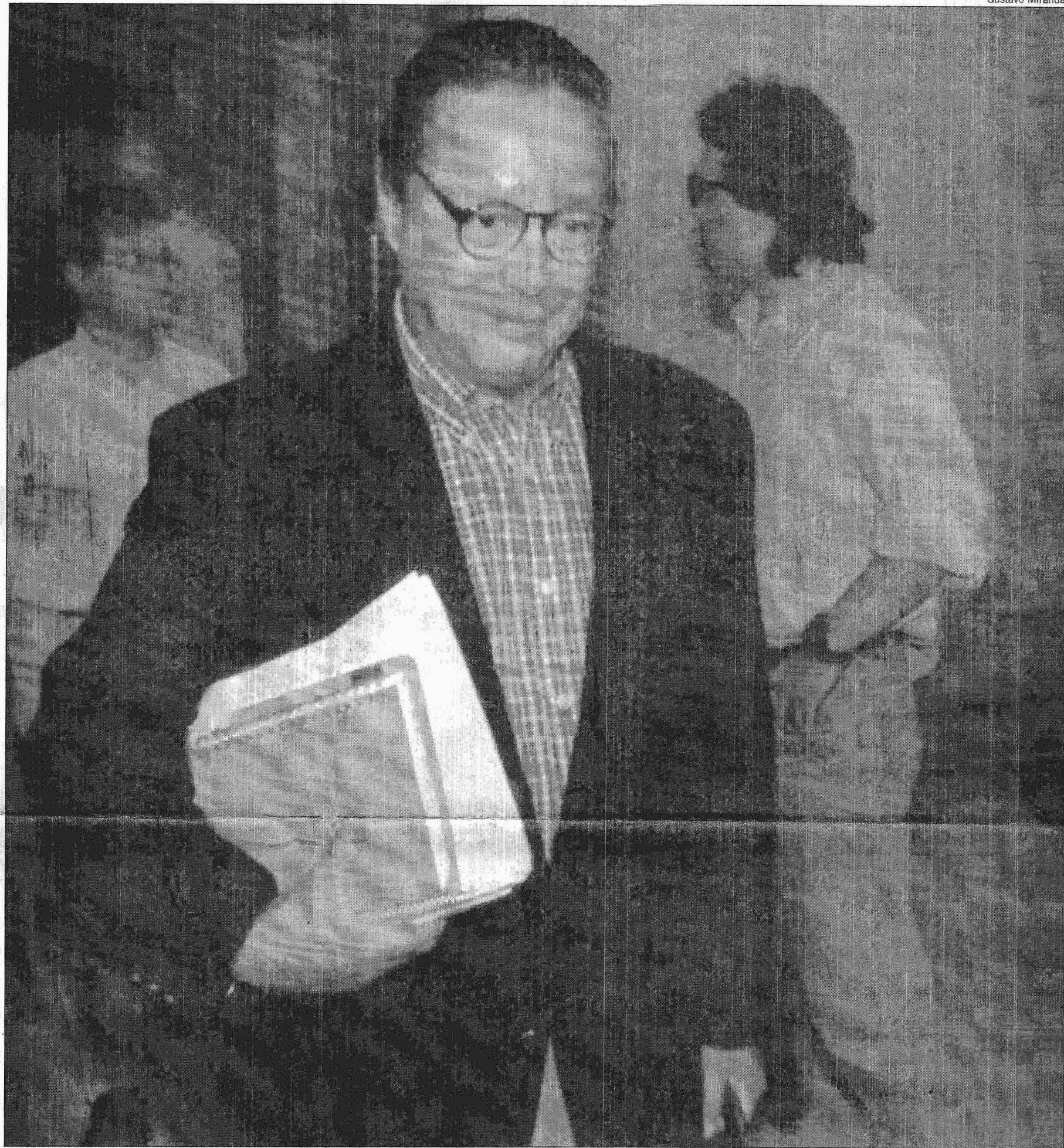
Ao anunciar o pacote, a preocupação do Governo é demonstrar força para se sobrepor à crise. Segundo o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, o Governo acredita que, com essas medidas, será possível garantir a sobrevivência do Plano Real, pois o esforço de contenção das contas públicas será bastante grande.

— A preocupação do presidente é dar a segurança de que o Real será mantido. O Real tem todas as condições de se manter, pois é bastante forte. Não há a menor dúvida de que o Brasil hoje em relação aos outros países tem perspectivas de crescimento econômico e de investimento extraordinárias. Cada vez mais o Brasil vai se diferenciando do mundo, pois existe democracia e transparência, o que permite maior previsibilidade, o que é uma das coisas mais procuradas pelos investidores estrangeiros — argumentou o ministro ao chegar ontem ao Ministério da Fazenda.

Apesar da pressão política contrária do Congresso, o Governo não vê muita alternativa se não aumentar impostos para cobrir o crescimento das despesas a ser gerado pela alta nos juros.

O aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas e, talvez, cigarros, é uma segunda alternativa. Hoje, o IPI sobre estes dois itens já é elevado, mas a equipe econômica acha que existe margem para aumento, pois trata-se de produtos considerados supérfluos. Além disso, a Receita Federal estuda a redução das deduções que as empresas podem fazer no Imposto de Renda das pessoas jurídicas, pois o elenco de abatimentos é bastante extenso. A lista inclui o vale-transporte e o tíquete refeição, mas a eliminação ou redução dessas deduções teria um efeito político muito negativo, pois elas beneficiam o trabalhador.

O corte de incentivos fiscais chegará perto de R\$ 5 bilhões e é considerada uma das medidas mais importantes do pacote fiscal. Pelos cálculos da equipe econômica, o Tesouro Nacional deixa de ar-



O MINISTRO PEDRO Malan deixa o prédio da Fazenda com o pacote de ajuste fiscal para dirigir-se ao Palácio da Alvorada, onde seria a reunião com Fernando Henrique

recadar por ano R\$ 17,3 bilhões com os benefícios que concede a setores específicos, como as empresas instaladas nas Regiões Norte, Nordeste e Espírito Santo, a Zona Franca de Manaus, as empresas de informática, entre outras. A disposição da equipe é cortar os benefícios concedidos através do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e do Imposto de Importação. Uma das alternativas é reduzir os incentivos fiscais à Cultura.

Para as entidades educacionais e da área de saúde que não recolhem a contribuição patronal para a Previdência Social as notícias são ruins. O governo quer obrigá-las a pagar a contribuição, que equivale a 20% da folha de pagamento. A disposição é de garantir o benefício apenas para as entidades que realmente praticam a assistência social, como é o caso de creches e instituições que trabalham com deficientes físicos.

Na área de pessoal, o governo deverá ainda antecipar o prazo para que os funcionários públicos aposentados, mas que continuam no serviço público, façam a opção: ficar com o salário da ativa ou com a aposentadoria. Decreto do presidente Fernando Henrique estabelece o mês de abril como

limite para que a escolha seja feita, mas o governo deverá antecipar o prazo para aliviar o peso sobre a folha de pagamentos da União. Com isto, seria possível reduzir as despesas em R\$ 42 milhões por ano.

Só este ano, a economia pode chegar a R\$ 2 bi

Os cortes no Orçamento deste ano e do ano que vem deverão ser profundos. Para este ano, a disposição da equipe é de reduzir as despesas entre R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões. Deverão ser atingidos pela tesoura do Governo os investimentos, especialmente as emendas introduzidas pelos parlamentares no Orçamento de 97, que somam quase R\$ 1,8 bilhão. Além disso, o governo quer cortar as despesas de custeio da máquina administrativa, incluindo o programa de recuperação das estradas, mas a margem é bem menor. Para o ano que vem, o volume de cortes ainda é uma incógnita. Tudo vai depender da capacidade da equipe de gerar novas receitas. Afinal, a meta é conseguir reduzir as despesas e aumentar as receitas em cerca de R\$ 8 bilhões, o que equivale a 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Desde outubro do ano passado, o governo vem fechando empresas estatais e autarquias deficitárias. Já foram extintos a Central de Medicamentos (Ceme), o Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), o Lloyd, a Sunab, entre outros. Agora, a disposição do governo é de acelerar o processo de extinção destas autarquias para reduzir as despesas com a máquina.

Para garantir novos recursos e, com isto, reduzir o peso da dívida pública, o Governo pretende acelerar a venda de R\$ 6 bilhões em ações da Petrobrás e R\$ 3,7 bilhões em papéis do Banco do Brasil. As ações superam o limite necessário à manter o controle acionário das duas empresas, por isto, podem ser repassadas ao setor privado.

O Governo também deverá lançar medidas para estimular as exportações, o que ajudará a reduzir o déficit nas contas externas do país. A criação de novos incentivos às pequenas e médias empresas através de linha de crédito do BNDES é uma das propostas. Outra é aumentar o volume de recursos do programa de Estímulo às Exportações (Proex) destinado ao financiamento da produção de bens de capital. ■

AS MEDIDAS NA ÁREA FISCAL QUE DEVERÃO SER ANUNCIADAS HOJE PELO GOVERNO

QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS DO PACOTE

• **FUNCIONALISMO PÚBLICO:** A demissão de metade dos 55 mil servidores públicos federais sem estabilidade estava em estudo e provavelmente será incluída no pacote fiscal, apesar de ser uma medida passível de pressões da área política. O ministro da Administração, Bresser Pereira, é contra e o próprio Palácio do Planalto acha a medida impopular, embora a equipe econômica a defenda. Se as demissões forem aprovadas, será possível economizar R\$ 385 milhões por ano.

• **INCENTIVOS FISCAIS:** Redução nas isenções de impostos (a chamada renúncia fiscal) que estavam calculadas em R\$ 17,3 bilhões para o ano que vem. Com a aprovação da nova medida, os principais cortes deverão ser feitos nos benefícios concedidos através do Imposto de Importação e Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Na lista dos incentivos que podem ser atingidos pelo pacote fiscal estão os da Sudam, Sudene, Finor, entre outros.

• **CORTES:** O Governo quer cortar entre R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões em despesas no Orçamento deste ano. A intenção é manter os cortes no Orçamento do ano que vem, cujos valores ainda não foram definidos, mas deverão atingir as áreas de custeio e de investimento. Ao realizar esse tipo de corte e aumentar a arrecadação tributária, a meta do Governo é atingir uma receita adicional equivalente a 1% do PIB (o que corresponde a cerca de R\$ 8 bilhões) para o ano que vem.

• **PREVIDÊNCIA:** Uma das medidas do pacote deve acabar com a isenção da contribuição patronal à Previdência para as entidades educacionais e de saúde e aí estão incluídas escolas e universidades e santas casas. Continuariam usufruindo do benefício apenas as entidades que conseguissem comprovar a finalidade de assistência social, como é o caso de creches ou aquelas que trabalham com pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física ou mental.

• **ACÚMULO DE PROVENTOS:** Os servidores públicos que já se aposentaram, mas continuam atuando no serviço público terão que fazer a opção: ficar com o salário que ganham na ativa ou com o valor que recebem a título de aposentadoria. Com o pacote fiscal que o Governo anuncia hoje, esta medida deverá estar incluída e, com isso, a estimativa é de que ela represente uma redução nas despesas públicas equivalentes a cerca de R\$ 42 milhões por ano.